Parte 3 - Diversificação e coexistência entre diferentes modelos
**Capítulo 12 - Discurso empresarial versus realidade camponesa
na produção de soja no departamento de Santa Cruz, Bolívia.
Uma leitura a partir da ecologia política**

Enrique Castañón Ballivián

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BALLIVIÁN, E.C. Discurso empresarial versus realidade camponesa na produção de soja no departamento de Santa Cruz, Bolívia. Uma leitura a partir da ecologia política. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 255-273. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0013>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 12

Discurso empresarial *versus* realidade camponesa na produção de soja no departamento de Santa Cruz, Bolívia. Uma leitura a partir da ecologia política

• • • • •

ENRIQUE CASTAÑÓN BALLIVIAN

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a produção de soja na América do Sul cresceu de modo significativo. Enquanto, no começo da década de 1970, a soja ocupava 1,44 milhão de hectares, no ano de 2009 foram semeados mais de 42 milhões de hectares (Catacora-Vargas et al., 2012). Esse impressionante crescimento se acelera a partir da década de 1990, como consequência da liberalização comercial e da implantação de pacotes tecnológicos baseados em variedades geneticamente modificadas. Os níveis de expansão desse cultivo significaram transformações rurais importantes no cone sul e seus impactos, tanto sociais quanto ambientais, foram extensamente documentados (Santos; Oyhantcabal; Narbondo, 2012; Catacora-Vargas et al., 2012; Pengue, 2004; Joensen; Semino; Paul, 2005).

A produção de soja na região sul-americana é praticada em grande escala (tipicamente em propriedades com mais de 500 hectares, ainda que também existam pequenos produtores que a cultivem em menos de 100 hectares), motivo pelo qual os trabalhos na lavoura estão totalmente mecanizados. Além disso, o uso de sementes transgênicas e de uma ampla variedade de agroquímicos também está generalizado (Catacora-Vargas et al., 2012). À medida que aumentou a tecnificação da produção, seu controle foi passando para as transnacionais do agronegócio¹. De fato, está evidenciado que a expansão da

Traduzido por Heitor Levy.

¹ As transnacionais do agronegócio são aquelas companhias que dominam o comércio mundial de grãos de maneira oligopólica: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill, e Louis Dreyfus;

soja na América do Sul simboliza o aumento de poder e de influência dessas empresas sobre a agricultura, em clara concordância com o projeto de globalização neoliberal (Bernstein, 2010). Nos últimos anos, cerca de 90% da soja semeada na América do Sul se encontra no Brasil (50%) e na Argentina (40%), enquanto os 10% restantes se dividem entre Paraguai, Uruguai e Bolívia (Catacora-Vargas et al., 2012).

Se a produção de soja é marginal à escala regional, na escala nacional o seu cultivo ocupa mais de um terço do total da superfície cultivada. Estima-se que, atualmente, existem em torno de 1.237.000 hectares do grão oleaginoso semeados nas planícies do departamento² de Santa Cruz, no leste do país (CAO, 2014). A expansão da soja é marca de uma transformação radical da estrutura agrícola boliviana nas últimas décadas. Enquanto em meados da década de 1980 apenas 9% da superfície cultivada era destinada à produção de *commodities* industriais, em 2012 essa proporção chegou a 48%; aumento explicado essencialmente pelo *boom* da soja nos últimos anos. Além disso, a soja passou a ser o cultivo mais semeado na Bolívia, superando cultivos tradicionais como a batata e o milho em uma proporção de 6 para 1.³ Do total de soja produzida no país, praticamente 80% tem por destino o mercado internacional, constituindo-se no principal produto de exportação boliviano depois dos minerais e dos hidrocarbonetos.

De maneira similar ao que ocorreu nos demais países da região, o estabelecimento e consolidação do agronegócio da soja na Bolívia foi obra dos governos neoliberais, particularmente durante a década de 1990. Contrariando sua ortodoxia ideológica, o Estado neoliberal apoiou de maneira decisiva, aos empresários da soja, tanto com políticas públicas, quanto com projetos de investimento. Entre as ações mais claras, pode-se destacar duas: 1) os esforços para obter acesso a mercados na Comunidade Andina de Nações (CAN) desde que essa foi declarada como zona aduaneira em 1993; e 2) a execução de um projeto financiado pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, denominado *Tierras bajas del Este*, que implantou as bases materiais para a expansão da produção de soja para o leste da cidade de *Santa Cruz de la Sierra*.

Paralelamente, um discurso político que permitisse dar legitimidade política para esse projeto agrário foi construído pelo empresariado da soja em

e devido a suas iniciais, são comumente denominadas como o grupo ABCD (Murphy, Burch, y Clapp, 2012).

² “Departamento”, na Bolívia, é o equivalente a estado da federação no Brasil. Optamos por manter essa denominação (N.T.).

³ Para maior informação sobre a estrutura agrícola boliviana consultar Castañón (2014).

aliança com os governos neoliberais. A soja foi apresentada como uma *commodity* com “vantagens comparativas” que levaria o país a uma efetiva inserção no comércio internacional, o que por sua vez traria progresso para o conjunto da sociedade boliviana. Embora esse discurso tenha mudado com o tempo – principalmente pela necessidade de acomodar-se ao novo contexto político, depois da chegada do presidente Evo Morales ao poder – ele continua tendo um correlato político até os dias atuais. De fato, as políticas de Estado a médio prazo, propostas pelo atual governo no âmbito da denominada *Agenda Patriótica 2015*, incluem uma significativa expansão da fronteira agrícola. A magnitude dessa expansão ainda não é conhecida, ainda que se saiba tratar-se de milhões de hectares. Se forem mantidos os atuais padrões agrários no departamento de Santa Cruz, tal expansão estaria praticamente dedicada ao cultivo de soja.

Este capítulo aborda a construção social e política do discurso empresarial em torno da soja na Bolívia e a contrasta com a realidade local camponesa no município de *Cuatro Cañadas*, o de maior produção de soja no departamento de Santa Cruz. A análise do discurso empresarial está baseada principalmente em uma revisão de documentos oficiais do setor e de artigos de imprensa. Já a análise local se fundamenta em informação primária obtida em duas comunidades camponesas por meio de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave e de um questionário realizado em 50 lares. Embora o tamanho da mostra não permita uma generalização estatisticamente significativa, as comunidades estudadas foram selecionadas, com a ajuda de informantes-chave, por constituírem exemplos adequados da realidade socioeconômica e agrária da região. Por outro lado, embora se identifiquem vários elementos do discurso empresarial, se ressalta em particular o contraste ou a discordância quanto ao suposto caráter inclusivo do agronegócio da soja e os resultados obtidos em campo.

1. O ENFOQUE DA ECOLOGIA POLÍTICA

Em seu influente livro *Land degradation and society*, Blaikie e Brookfield (1987) argumentam que a ecologia política, em essência, combina preocupações ecológicas com uma análise da economia política que enfatiza a dialética constante entre a sociedade e o uso dos recursos naturais, considerando as diferentes classes e grupos sociais que aí convergem. Em outras palavras, a ecologia política examina a relação natureza-sociedade através da análise das formas sociais que se estabelecem no acesso e controle sobre os recursos naturais (Watts; Peet, 2004). O aproveitamento dos recursos naturais é um fato

essencialmente político, no sentido de que se criam inevitavelmente conflitos de interesses pela distribuição dos benefícios e prejuízos que ele acarreta. Esses conflitos, por sua vez, são determinados pela distribuição do poder no interior da sociedade, o qual obedece principalmente à razão de classe, ainda que também sofram influência de razões étnicas e de gênero, entre outras (Swyngedouw, 2004).

Uma das características distintivas da ecologia política é sua perspectiva, com a qual explica as causas das transformações agrárias e ambientais. Longe de ressaltar somente as causas imediatas e palpáveis, eleva o nível de explicação e de abstração buscando causas mais estruturais por meio da análise de “cadeias de explicação” em múltiplas escalas (Blaikie; Brookfield, 1987). Nesse sentido, têm particular relevância estruturas como as instituições estatais, os mercados globais e, em geral, a economia política regional e global, como fatores determinantes dos processos de transformação locais.

Essa disciplina surge fundamentalmente com a intenção de ressaltar e explicar o papel dos aspectos políticos na transformação e no manejo ambiental. Em outras palavras, busca-se desmistificar o suposto caráter apolítico do manejo dos recursos naturais, como se esse fosse uma questão estritamente “técnica”, concernente unicamente às ciências puras, como a biologia ou a ecologia. Nos últimos anos, contudo, a análise dos aspectos políticos no âmbito da disciplina tem ocupado o centro das contribuições, ao ponto de que tenha sido denunciado um trato apenas tangencial das questões ecológicas em sentido estrito. Em resposta, defensores da disciplina argumentaram que, frequentemente, as preocupações com a falta de análises ecológicas refletem uma concepção reduzida do meio ambiente como sendo apenas um ente biofísico, enquanto a perspectiva dialética da ecologia política busca precisamente abordar o tema de distintas maneiras, inclusive questionando as representações dominantes do que constitui “o natural” (Walker, 2005). Certo é, contudo, que esses estudos lidam com mudanças ambientais – ou quiçá mais precisamente, com as causas e consequências dessas mudanças – ainda que de maneira implícita. Neste capítulo, por exemplo, se denuncia a manipulação discursiva como uma arma para legitimar um projeto agrário que tem por consequência não somente o enriquecimento de um reduzido grupo, mas também altos níveis de desflorestamento. Desse modo, se estabelece uma clara ligação entre o estudado e as preocupações ecológicas/ambientais.

Dentre as teses centrais da ecologia política, documentadas por Robbins (2003), duas têm relevância direta para a análise conduzida neste capítulo. A primeira tese destaca a importância do conhecimento, dos discursos e dos valores predominantes para as dinâmicas de poder. Nesse sentido, o poder

não é exercido apenas materialmente através do controle efetivo sobre os meios de produção e os recursos naturais, mas também no âmbito das ideias e dos discursos. No entanto, como as dinâmicas de poder estão estreitamente relacionadas com a luta de classes no interior da sociedade, comumente as ideias e discursos hegemônicos são aquelas da classe dominante. Do ponto de vista da ecologia política, chama-se atenção para o papel desempenhado pelos discursos na legitimação de agendas particulares, que buscam um determinado uso dos recursos naturais.

A segunda tese relevante insiste na problemática da “marginalização”. Nas áreas rurais, os processos de marginalização são resultado de determinadas relações sociais que se estabelecem em função do contexto produtivo e das dinâmicas do capital. Em particular, se alertou que os processos de modificação da agricultura e da vida rural em geral levam a uma maior dependência frente ao dinheiro, o que por sua vez reproduz a “marginalização”. Em tais circunstâncias, ademais, são suscitados processos de proletarianização, sobretudo entre os grupos mais vulneráveis (Kay, 2006).

Ambas as teses têm relevância para a problemática da soja na Bolívia e, portanto, podem se constituir em potentes eixos analíticos, como se verá adiante. Aqui basta ressaltar duas dinâmicas principais que ressoam estes princípios teóricos: 1) existe uma clara manipulação discursiva, por parte dos empresários do agronegócio, que busca legitimar seu projeto agrário particular, se utilizando de suposições de ampla aceitação social que, como se demonstra neste trabalho, contrastam com a realidade local; 2) existe uma crescente marginalização das famílias camponesas em Santa Cruz, que acentuou a diferenciação social e, por conseguinte, a proletarianização do estrato mais vulnerável. Essas são as questões que ocupam o resto deste documento.

2. O GRÃO DE OURO? O DISCURSO EMPRESARIAL SOBRE O AGRONEGÓCIO DA SOJA DO PONTO DE VISTA DA ECOLOGIA POLÍTICA

A implementação do ajuste estrutural em 1985 e as sucessivas reformas neoliberais na Bolívia se justificaram sob os argumentos de conquistar a estabilidade macroeconômica e um crescimento econômico que permitisse alcançar maiores níveis de bem-estar. Embora tenha ocorrido um êxito relativo quanto aos fins de estabilização (Antelo, 2000), o impacto no crescimento econômico e nas condições sociais tem sido bastante questionado. De fato, há evidência de que as políticas neoliberais contribuíram para o aumento da desigualdade

em toda a região (Hoffman; Centro, 2004). A implementação do modelo neoliberal modificou radicalmente a estrutura econômica do país, principalmente através da liberalização comercial, da priorização do setor privado e da consequente redução do Estado. Um dos setores mais afetados pela nova política econômica instaurada foi, sem dúvida, o setor agrícola (Pérez, 2007).

De maneira similar ao que aconteceu no resto da América Latina (García, 2003), as políticas neoliberais consolidaram, na Bolívia, uma estrutura agrícola dual onde, apesar de sua complexidade e diversidade, é possível identificar dois grandes grupos. De um lado se encontra a grande maioria, composta por agricultores e assalariados agrários, de origem camponesa e indígena,⁴ que foram sistematicamente abandonados pelo Estado e cuja atividade produtiva, em consequência de limitações estruturais, tende a ser precária e de baixa produtividade. Do outro lado surgiu, no departamento de Santa Cruz, um setor empresarial que, de mãos dadas com os governos neoliberais, conseguiu consolidar um sistema produtivo agroindustrial, altamente intensivo em capital e tecnologia, ligado a mercados internacionais de *commodities* agrícolas, principalmente ao da soja (Castañón, 2014). Como anteriormente mencionado, a consolidação desse setor empresarial foi possível graças ao Estado neoliberal, cujas políticas comerciais, agrárias e de investimento, estiveram focadas em viabilizar a competitividade da produção de soja (Pérez, 2007).

Paralelamente ao estabelecimento das bases materiais do setor, o empresário da soja deu início à construção de um discurso que aportasse legitimidade pública a um projeto que, por suas dimensões, iria modificar radicalmente não apenas a paisagem rural do departamento de Santa Cruz, mas a estrutura agrária nacional em seu conjunto (Pérez, 2007; Castañón, 2014). O discurso empresarial sobre a produção de soja tem girado em torno de três argumentos principais: 1) a exportação da soja e seu respectivo “efeito multiplicador” são um pilar fundamental do crescimento econômico da Bolívia; 2) a produção de soja representa um aporte vital para a segurança alimentar do país; 3) a produção de soja não é um domínio exclusivo de uma elite empresarial, constituindo-se como uma atividade inclusiva que representa uma opção real para o campesinato da região. Esse discurso foi difundido de maneira relativamente coerente não só por meio das publicações da associação empresarial, mas também nos meios nacionais de comunicação de massa, principalmente os escritos.

No decorrer do tempo, contudo, o discurso tendeu a enfatizar certos argumentos incorporando a eles os matizes necessários em função do con-

⁴ Segundo o *Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras*, existem na Bolívia 775.000 unidades produtivas, das quais 94% correspondem a famílias camponesas e/ou indígenas (MDRyT, 2014).

texto político particular do país, se podendo aí distinguir dois momentos. O primeiro correspondeu ao surgimento e consolidação da produção de soja durante a década de 1990 e começo da década de 2000, no auge do neoliberalismo. O segundo momento se caracteriza pela ascensão do presidente Evo Morales ao poder no ano de 2006, o qual motivou, depois de um período de confrontação, uma adequação quanto ao discurso empresarial sobre a soja. A análise realizada a seguir está centrada no segundo momento da construção discursiva.

Inicialmente, o discurso empresarial se baseava no jargão economicista neoclássico. Assim, a soja era apresentada como a nova *commodity* com “vantagens comparativas” capaz de incorporar o país no comércio internacional. Em tempos de fundamentalismo neoliberal, quando os governos reivindicavam “exportar ou morrer”, esse tipo de pensamento coincidia com o discurso dominante de progresso. Consequentemente, durante este período, o discurso do empresariado da soja estava centrado em ressaltar o êxito da exportação de soja, bem como a importância de seu “efeito multiplicador” para a economia boliviana. Se, por um lado, o valor das exportações de soja aumentou significativamente nas últimas décadas até converter-se na principal exportação não tradicional do país,⁵ dados recentes sugerem que a soja não é parte determinante do Produto Interno Bruto (PIB) do país, nem no do departamento de Santa Cruz (Sheriff, 2013). O verdadeiro “efeito multiplicador” gerado por esse grão oleaginoso é, além disso, questionado uma vez que as estatísticas oficiais não levam em conta o nível real de impostos que aporta o setor, os subsídios que o favorecem, as divisas voláteis, e o destino final dos lucros, que em várias ocasiões terminam em bancos fora do país (Urioste, 2011).

Sem dúvida a chegada ao poder do *Movimiento al Socialismo* (MAS) a partir de 2006, modificou radicalmente o contexto político nacional. A elite política tradicional perdeu o controle do aparato estatal e, com isto, o empresariado de Santa Cruz perdeu o controle da política pública agrária e alimentar, que esteve historicamente sob sua tutela desde a década de 1970. Basta ver o perfil dos ministros da agricultura dos governos anteriores para verificar sua proximidade com a agroindústria de Santa Cruz. De fato, a defesa de seus interesses por parte do Estado foi, em reiteradas oportunidades, reconhecida por esta associação,⁶ como demonstra o discurso de Carlos Rojas quando de

⁵ Entre 1992 e 2012, o valor das exportações de produtos derivados da soja aumentou de 56 para 989 milhões de dólares (INE, 2012).

⁶ Dois ex-ministros da agricultura, que possibilitaram a implementação dos transgênicos no país foram condecorados, no ano de 2011, pela associação do empresariado da soja (Los Tiempos, 2011).

sua posse como presidente da *Asociación de Productores de Oleaginosas y Trigo* (Anapo)⁷ no ano de 2005 (Anapo, 2012):

[...] observamos o apoio recebido do Lic. Diego Montenegro, ex-gerente geral da Anapo, que durante sua gestão como ministro da agricultura conseguiu desenhar e aprovar várias das iniciativas propostas pelo setor agropecuário em geral, e oleaginoso em particular, durante muitos anos.

Durante os primeiros anos do governo do presidente Morales se estabeleceu uma relação de antagonismo com o empresariado agroindustrial. Esse setor optou por apoiar política e economicamente a contra-insurgência da elite boliviana sob a consigna de autonomias regionais (García Linera, 2014) além de tentar sabotar a política alimentar do governo pelo ocultamento de produtos que abriu espaço para o ágio e para a especulação (Pérez, 2009). No entanto, depois de uma série de disputas de força, a partir do ano de 2010 uma parte importante do empresariado de Santa Cruz decide assumir a derrota política e buscar uma aproximação com o governo que a permita continuar expandindo sua atividade empresarial. Essa mudança de atitude demandou uma transformação no discurso empresarial para que este pudesse se adequar às premissas do denominado “*proceso de cambio*”.⁸ Consequentemente, o discurso do empresariado da soja começou a girar ao redor de dois eixos: a importância alimentar para o país e o caráter inclusivo desta atividade, que representaria uma grande oportunidade não só para os empresários, mas também para os camponeses.

Em relação ao primeiro eixo, é evidente que a reconfiguração do discurso pretende instaurar a noção de que a alimentação dos bolivianos depende diretamente do agronegócio. Essencialmente, se busca estabelecer que essa atividade tem como finalidade principal “dar de comer ao país” para, dessa maneira, desviar a atenção da clara finalidade de lucro e acumulação de capital que, na prática, caracteriza a atividade de produção de soja. Em sintonia com essa mudança, os representantes desse setor, que na década de 1990 orgulhosamente

⁷ A *Asociación de Productores de Oleaginosas y Trigo* (Anapo), com sede na cidade de Santa Cruz de La Sierra tem por missão: “Representar, defender, assessorar e assistir aos produtores de oleaginosas e trigo do departamento de Santa Cruz, promovendo a competitividade e a sustentabilidade, com liderança e compromisso, apoiados em uma estrutura organizacional sólida e processos de melhora contínua”. Essa associação, que usualmente se apresenta como um ente de caráter técnico que busca a difusão de tecnologias, teve paralelamente um claro papel político de defesa dos interesses da elite agrária do leste do país. Devido ao poderio econômico de seus membros, seu correlato político foi historicamente determinante no país em geral, e na região em particular.

⁸ Foi denominado “*proceso de cambio*” o conjunto de mudanças estruturais na sociedade boliviana proposto pela administração do presidente Morales.

se autodenominavam “*empresarios del agro*” como um signo de status e para distinguir-se dos camponeses, hoje em dia retomaram termos mais simples, como “produtor” ou “agricultor”. Trata-se de uma construção poderosa, pois coloca o setor como o provedor do mais essencial para a vida e lhe confere um papel no atual “*proceso de cambio*”. De fato, em um recente discurso na presença do Presidente Morales, o atual presidente da Anapo afirmou que: “[...] nós, produtores, seguiremos fazendo o que melhor sabemos fazer: produzir alimentos para garantir a segurança alimentar do país” (Anapo, 2014).

Embora se afirme que o esforço do setor está focado na produção de alimentos para resguardar a segurança alimentar do país, na prática trata-se principalmente de vender *commodities* para o mercado internacional. Sem negar que uma parte da soja produzida é destinada para a alimentação do gado boliviano e para o abastecimento interno de óleo, ao analisar os dados fica evidente que isso não é o principal. Estimou-se que do total da produção de soja na Bolívia – que em 2013 alcançou cerca de 2,5 milhões de toneladas – 20% se destina à produção de óleo comestível refinado, e que somente um quinto deste óleo é comercializado no mercado interno. O restante, 80% da produção do grão oleaginoso, é destinado à elaboração de matéria seca para alimentar o gado sendo exportada sua grande maioria, ainda que os dados sejam menos claros (Pacheco, 2011). O fato de que a grande maioria da produção de soja tenha por destino os mercados internacionais e não o abastecimento do mercado doméstico é invisibilizado pelo setor que, quando se refere às exportações, o faz em termos de “saldos” (Vargas, 2014), quando na realidade se trata da maior parte da produção. Além disso, o aporte real para a segurança alimentar do país é questionado pelo fato de que sua expansão parece implicar na substituição de outros cultivos de maior importância alimentar como o trigo e o milho,⁹ dinâmica que poderia se exacerbar com a aprovação da produção de biocombustíveis (Pacheco, 2011).

O segundo eixo do discurso pretende se alinhar com uma noção central do novo momento político do país: a inclusão social, econômica e política dos grupos historicamente marginalizados. Consequentemente, nos últimos anos, o discurso empresarial enfatizou o caráter inclusivo da produção de soja, argumentando que essa não apenas gera emprego para a população rural mas, além disso, constitui-se em uma oportunidade de progresso real para o campesinato. Dessa maneira, foi feito um esforço sistemático para mostrar que

⁹ De fato, as estatísticas oficiais mostram que a impressionante expansão do cultivo de soja nas últimas décadas está criando um desajuste na estrutura agrícola boliviana. Hoje, para cada hectare cultivado com batata, trigo ou milho há mais de seis cultivados com soja.

o setor da soja é formado por uma grande variedade de tipos de produtores, que inclui uma forte presença camponesa. Assim, são comuns as alusões de que a maioria dos filiados da Anapo é composta por pequenos produtores de origem camponesa: “Uns 14.000 agricultores cultivam soja, dos quais 80% são pequenos produtores” (Anapo, 2014). Embora tais afirmações guardem certa concordância com a realidade, o que não está dito é que esses pequenos produtores são uma minoria da população camponesa (ver abaixo) e que existem desigualdades marcadas nas relações de poder entre os diversos tipos de produtores, pois, apesar da diversidade, o controle sobre a base material do setor (terra e indústria) ainda está nas mãos de uma pequena elite de grandes empresários.

Sem dúvida, o mais claro sinal político que o empresariado de Santa Cruz utilizou para apoiar o discurso da inclusão foi nomear o Sr. Demetrio Pérez, um produtor de soja de origem camponesa, como presidente da Anapo. Nascido no departamento de Potosí, Demetrio Pérez exemplifica um caso “exitoso” de inclusão camponesa, onde um migrante das terras altas se incorpora à dinâmica agroindustrial conseguindo consolidar e expandir sua atividade até converter-se em um produtor médio. Essa foi a primeira vez que o principal representante da associação não provém da elite de Santa Cruz, mas do campesinato.¹⁰ Simbolicamente, seu efeito foi poderoso a ponto de marcar uma mudança na relação entre o empresariado da soja e o governo do MAS. Segundo o próprio Demetrio Pérez, sua relação com o presidente Morales é de proximidade e confiança. Isso graças ao fato de compartilharem a origem camponesa e um compromisso com o desenvolvimento dos pequenos produtores, em suas palavras:

Tanto ele [o presidente Morales] como eu somos de origem camponesa e ambos buscamos o desenvolvimento dos pequenos produtores. Esse foi quiçá o gancho para que me convidasse a uma reunião em que pretendíamos desmistificar que Anapo estava sendo dirigida por oligarcas e detentores de terras... O importante é que conseguimos avanços importantes para o setor. E, além disso, nos convertemos em ponte para a abertura de diálogo com outros setores (Revista In, 2011).

Contudo, ao estudar a realidade camponesa no departamento de Santa Cruz nos damos conta de que o êxito produtivo alcançado pelo atual presidente da Anapo não é regra, mas exceção. Com efeito, a expansão da soja

¹⁰ Embora esse fato possa ser interpretado como uma manobra estratégica do empresariado, representa também um reflexo do rompimento do imaginário subalterno em que o setor camponês/indígena estava imerso antes da chegada de Evo Morales à presidência.

como processo de especialização produtiva intensiva em capital acaba por exacerbar a diferenciação social camponesa; esta análise é o que se apresenta na seção seguinte. Através de dados primários coletados em duas comunidades camponesas do município de *Cuatro Cañadas* – atualmente o município com maior produção de soja no país –, se desconstrói este último argumento que apresenta o agronegócio da soja como uma alternativa inclusiva para a população camponesa. Questionar empiricamente as premissas do discurso empresarial é importante devido à sua influência não somente nas políticas públicas, mas também no imaginário social sobre a relação entre o agronegócio e o campesinato.

3. PRODUTORES E POVOADORES: PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA EM TORNO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA

Esta seção está baseada em trabalho de campo realizado no ano de 2013 em duas comunidades camponesas, *Naciones Unidas* e *Nuevo Palmar*, localizadas no município de *Cuatro Cañadas*. A evidência empírica é derivada de um questionário realizado em 50 lares, de quatro grupos focais e de uma série de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave.¹¹ O questionário coletou dados gerais sobre a situação socioeconômica e alimentar¹² dos lares distinguindo-os por estratos de riqueza para tornar visível os padrões de diferenciação social. Adicionalmente, a análise foi complementada com estatísticas oficiais, investigações prévias e informes da associação de produtores de soja. A seção começa com uma breve descrição contextual para depois passar à análise dos padrões de diferenciação social evidenciados.

Os primeiros assentamentos no atual município de *Cuatro Cañadas* se estabeleceram na década de 1960 como parte de uma política estatal de colonização das terras baixas do país. Essa política comumente conhecida como “*Marcha al Oriente*”, buscava consolidar um novo polo de desenvolvimento econômico no oriente do país com base no setor agrícola do tipo agroindustrial. Alinhados com os planos de desenvolvimento da época, esses esforços estavam focados principalmente na substituição de importações, mas, no caso

¹¹ A informação primária coletada não é estatisticamente representativa em relação ao município, contudo, as comunidades estudadas foram cuidadosamente selecionadas com a ajuda de informantes-chave, podendo ser consideradas exemplos válidos de comunidades camponesas típicas na região.

¹² Os achados relacionados às implicações alimentares da expansão da soja em comunidades camponesas foram discutidos em outro trabalho. Ver Castañón (2014).

boliviano, buscavam também romper com o caráter monoprodutor da economia, que até então estava praticamente dominada pela mineração. Além disso, o deslocamento demográfico para o oriente reduziria a pressão sobre a terra no ocidente da Bolívia. Durante a década de 1970 foi o *Instituto Nacional de Colonización* (INC) quem promoveu uma parte importante dos assentamentos no departamento de Santa Cruz; não obstante, a maior parte da colonização se deu de maneira espontânea nas décadas seguintes graças aos fluxos migratórios camponeses do ocidente, que vendiam sua mão de obra inicialmente na safra da cana e posteriormente na colheita do algodão.

Antes do *boom* da soja, a paisagem dessa zona estava dominada por comunidades camponesas dispostas nos denominados “núcleos de colonização”. Das 652 famílias aí assentadas, praticamente a totalidade (97,5%) dispunham de terra própria, com superfície média de 50 hectares. Praticava-se uma agricultura de “roça e queimada”, característica dos assentamentos colonizadores, que estava focada principalmente na produção de arroz (28%) e de milho (64%). Embora o trabalho agrícola constituísse a principal atividade econômica para mais de 80% das famílias, a atividade agrícola ocupava somente 16% do território.

Contudo, a situação agrária e produtiva se modificou radicalmente à medida que o agronegócio da soja começou sua acelerada expansão em meados da década de 1990. Na zona em questão, a expansão da soja se deu a partir de 1993 com a implementação do projeto “*Tierras Bajas del Este*”, que contou com financiamento do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse projeto destinou cerca de 50 milhões de dólares para criar as bases materiais que permitissem a expansão agroindustrial; nesse sentido, foram construídas estradas e infraestrutura produtiva além do desenvolvimento de mecanismos de crédito e planos de ordenamento territorial. Com a colaboração de um contexto de preços internacionais favoráveis, o projeto foi notoriamente exitoso no que se refere à expansão da soja. No ano 2000, no município de *Cuatro Cañadas*, a soja já estava presente em quase 140.000 hectares e continuaria subindo até alcançar 245.000 hectares em 2012, o que corresponde a um aumento de 75% em apenas 12 anos (Castañón, 2014). De fato, a quantidade de soja que hoje é semeada no município faz com que ele seja chamado de “capital da soja”, ainda que, como mencionado, em comparação com outros países da região a magnitude é certamente modesta.

Em Santa Cruz, como acontece em outros contextos, o modelo produtivo do agronegócio se caracteriza por um uso altamente intensivo de tecnologia e de capital. Consequentemente, a incursão exitosa nessa dinâmica produtiva está sujeita a: 1) disponibilidade de terra que assegure a escala de produção; e

2) disponibilidade de capital que permita a implementação do pacote tecnológico. Dessa maneira, se estabelece de fato a marginalização de uma grande parte das famílias camponesas. Isso porque apesar de importantes processos históricos, como a reforma agrária de 1953, o campesinato boliviano ainda enfrenta limitações estruturais quanto ao acesso à terra e as relações de troca que estabelece com o resto da sociedade, que continuam sendo desiguais, fato que reproduz sua condição de pobreza.

No contexto estudado, cerca de um terço das famílias não possui terra e, entre aquelas que possuem alguma parcela, a superfície média continua sendo a de 50 hectares do núcleo de colonização. Por outro lado, ainda que contando com terra própria, o investimento necessário para o cultivo se encontra fora do alcance da maioria das famílias camponesas.¹³ Consequentemente, incursionar no agronegócio significa aceder a créditos. Mas como confirmam os testemunhos locais, trata-se de um mecanismo arriscado que, nos anos de adversidade climática, termina levando à perda das propriedades para o pagamento de dívidas. Mesmo nos anos em que o clima favorece a produção, a margem de lucro em uma parcela de terra média é suficiente para cobrir os créditos e as necessidades básicas do lar, sem que a geração de economias seja significativa. Assim, a capitalização das famílias acaba sendo um processo incerto e, quando acontece, requer um tempo considerável. De fato, aqueles camponeses que conseguiram capitalizar-se o suficiente para se consolidar nesse modelo produtivo tiveram que trabalhar suas terras por mais de 15 anos. Sua consolidação, contudo, não depende apenas da acumulação de capital, mas também de que, através dessa, consigam assegurar um maior acesso a terra e a tecnologia (Castañón, 2013).

O modelo do agronegócio, além disso, aprofunda a comodificação da vida rural em geral e da agricultura em particular. Dessa maneira, as relações sociais passam a estar mediadas, sobretudo, pela lógica do capital e a dependência frente ao dinheiro se aprofunda. Isso, por sua vez, se desdobra em processos de diferenciação social determinados pelas condições em que a riqueza se converte em capital, particularmente quando o capital não é consumido individualmente, mas investido produtivamente no desenvolvimento dos meios de produção (Bernstein, 1977). Dessa maneira, as relações sociais de produção acabam estabelecendo, de modo geral, três grandes grupos de camponeses: ricos, médios e pobres. Em *Cuatro Cañadas*, tais processos de diferenciação social são bastante evidentes ainda que isso não necessariamente

¹³ No caso da soja, os insumos agrícolas representam mais de 60% do custo de produção, que na zona estudada é de aproximadamente US\$ 400/ha (CAO, 2014).

sugira tratar-se de processos rígidos, homogêneos e/ou irreversíveis. De fato, dentro desses grupos nos deparamos com situações particulares variáveis em função da capacidade de cada família de se relacionar com o contexto socioeconômico, mas isto não invalida a distinção analítica.

Os “pobres” são cerca de um terço do total da população camponesa estudada, aproximadamente 31% da amostra. Aqueles que formam esse grupo geralmente são imigrantes “tardios”, que chegaram à zona nos últimos anos ou são filhos de antigos colonos. É por essa razão que a grande maioria não possui terras, ainda que em alguns casos consigam ter acesso a pequenos lotes para cultivo de hortas familiares. Consequentemente, esses lares não são capazes de garantir sua reprodução através de sua própria produção, tendo que vender sua mão de obra de maneira regular; se constituem, assim, em um proletariado em formação.

Essas famílias se empregam como diaristas nas plantações dos empresários, dos menonitas, e também naquelas dos camponeses mais abastados. Contudo, recorrem a uma combinação de empregos de acordo com a demanda e utilizam de toda a mão de obra disponível na família, sendo comum que os filhos mais velhos trabalhem. De modo geral, essas famílias reconhecem a falta de acesso à terra como a principal causa do árduo regime de trabalho que lhes cabe. “Como nós não temos terra, busco trabalho aqui e ali, para me manter, para viver”, declarou, a esse respeito, um dos entrevistados.

A vulnerabilidade desse grupo está fundamentada no acesso diferenciado aos recursos produtivos que têm as famílias, principalmente terra e capital. Sua posição nas relações de produção locais se traduz de modo cabal em uma precariedade de suas condições materiais de vida. Em sua grande maioria, esses lares dispõem de poucos cômodos feitos de adobe¹⁴ e se localizam na periferia dos povoados. Usando as palavras de um entrevistado: “Nós estamos vivendo assim, nós que vivemos na periferia, que só temos o lote”. Devido ao fato de que dependem fundamentalmente da venda de seu trabalho, e não de sua própria produção, são conhecidos localmente como “povoadores”.

Por outro lado, o segmento majoritário da população é formado por camponeses “médios”, que correspondem a 58% da amostra. Esse grupo se caracteriza por contar com a propriedade da terra, mas enfrenta limitações quanto à disponibilidade de capital. Em sua maioria, essas são as famílias que fizeram parte dos processos de colonização desde os anos 1970, motivo pelo qual comumente conservam sua parcela-tipo, com superfície de 50 hectares. A

¹⁴ O adobe é uma peça de construção feita de massa de barro, muito comum nas zonas rurais dos Andes bolivianos.

falta de capital, contudo, os exclui da dinâmica agroindustrial. Embora algumas famílias optem pelo crédito para ter acesso ao pacote tecnológico, a maioria prefere arrendar suas terras para outros produtores – camponeses ou menonitas – que contem com o capital necessário. Essa aversão ao crédito parece estar baseada em experiências negativas de outras famílias, que acabaram vendendo suas parcelas de terra e migrando devido ao endividamento. Tal problemática está claramente colocada no seguinte testemunho: “Como não temos dinheiro para o trator e os produtos, temos que alugar a terra; alguns tentaram com o banco, mas quando veio a seca se endividaram muito... tiveram que vender sua parcela de terra e ir mais pro interior, pra *Guarayos*”.

Em lugar de vender sua parcela de terra, essas famílias usualmente recebem 25% do lucro líquido obtido com o cultivo. Isso faz com que compartilhem o risco com os produtores, mas lhes permite ter renda suficiente para custear as necessidades básicas das famílias com folga. Esses acordos, no entanto, variam em função da dinâmica do mercado de terras local e das relações de parentesco/amizade entre as partes. Por outro lado, é comum também que nesse estrato a mão de obra familiar seja destinada à pecuária extensiva como atividade complementar. Em termos gerais, essas famílias conseguem sua reprodução com base em seu trabalho e sua terra, mas o fazem somente pelo estabelecimento de relações particulares com outros grupos que possuem o capital suficiente para produzir, dentre os quais se destacam os camponeses “ricos” das próprias comunidades.

Como sugerido anteriormente, as famílias camponesas que chegam a se consolidar no agronegócio passaram por processos de acumulação exitosos, ainda que geralmente árduos e de longa duração. De fato, em sua maioria são colonizadores assentados nessa zona por mais de 15 anos. Nas comunidades camponesas estudadas, tais famílias representam uma clara minoria, chegando somente a 10% da amostra. Sua estratégia é baseada em um ciclo de reprodução ampliada de capital que lhes permite investir em maiores níveis de meios de produção e força de trabalho. Embora possuam formalmente uma superfície média de 67 hectares, na prática controlam entre 100 e 200 hectares através do arrendamento e possuem o maquinário necessário para todo o processo produtivo. São esses camponeses “ricos” os que figuram nas estatísticas oficiais sob o rótulo de “pequenos produtores”.

Assim, sua situação econômica privilegiada lhes confere uma posição de poder no interior das comunidades. Por exemplo, devido ao fato de que monopolizam o maquinário nas comunidades, desfrutam de um tratamento diferenciado por parte dos camponeses “médios” que se esforçam para ganhar sua empatia como estratégia para assegurar futuros trabalhos em parceria. Além

disso, é interessante salientar que essas famílias são as que com maior frequência exercem os cargos comunais de autoridade, fato que, por sua vez, reforça sua posição de poder. Por outro lado, contudo, como “pequenos produtores” são subordinados frente à agroindústria e comumente recebem um tratamento discriminatório. Por exemplo, as associações de pequenos produtores camponeses denunciaram, em numerosas ocasiões, descontos irregulares nos centros de armazenamento e preços abaixo dos que se pagam aos empresários médios e grandes que têm relações muito próximas com o resto do *cluster* agroindustrial (Castañón, 2013).

CONCLUSÕES

Este documento analisou o discurso empresarial relacionado ao agronegócio da soja e o contrastou com evidências empíricas de nível local utilizando o enfoque da ecologia política. Particularmente, se examinou a premissa discursiva que apresenta esse modelo produtivo como “inclusivo” e, portanto, como uma oportunidade viável para o campesinato local. Através da informação primária coletada em duas comunidades do município de *Cuatro Cañadas* – em pleno epicentro da produção de soja no país – se demonstrou que o agronegócio é uma opção viável somente para uma minoria das famílias camponesas porque requer significativas quantidades de terra e capital, o que está fora do alcance da grande maioria da população camponesa da região.

A análise apresentada mostra uma mudança no discurso empresarial, a qual pretende lhe dar legitimidade diante de um novo contexto sociopolítico na Bolívia. Como mencionado, um dos elementos centrais dessa mudança foi apresentar o agronegócio como um modelo que permitiria a plena participação do campesinato. Dessa maneira, “o inclusivo” é colocado em termos de igualdade de oportunidades no acesso ao modelo produtivo e a seus benefícios econômicos. Para sustentar essa posição, o empresariado recorre usualmente a suas estatísticas sobre o número de “pequenos produtores” envolvidos na atividade agroindustrial combinando-as com concessões simbólicas como nomear presidente da associação um produtor de origem camponesa.

No entanto, trata-se de uma manobra discursiva falaciosa na medida em que homogeneiza o campesinato e esconde os complexos processos de diferenciação social no interior dessa categoria. No contexto estudado, por exemplo, os camponeses dos estratos “pobre” e “médio” representam 89% da população amostrada, enquanto os camponeses “ricos” são somente 10%. Esse

pequeno grupo de camponeses “ricos” é o que consegue se inserir no modelo produtivo e por isso é o que aparece nas estatísticas da associação empresarial sob o rótulo de “pequenos produtores”. É com base nesse grupo minoritário que se pretende construir uma generalização para o resto do campesinato da região, ignorando desse modo, a evidente discrepância social que classifica as famílias como “produtores” ou “povoadores”.

Não obstante, concordando com Kay (2006), talvez seja mais apropriado falar de “inclusão discriminatória” e não de “exclusão”. Isso porque o agronegócio absorve a totalidade do campesinato, mas o faz sob suas próprias condições. Quer dizer, o modelo permite uma inclusão funcional aos seus fins de acumulação de capital e não a finalidades igualitárias ressaltadas no discurso. De fato, a dinâmica produtiva implica processos de proletarianização que buscam, em essência, garantir a disponibilidade de mão de obra barata. A participação da grande maioria das famílias camponesas ocorre em condições de subordinação, quando não de exploração.

Finalmente, como ilustra este documento, a ecologia política, como perspectiva de análise, é útil por sua inclinação a estabelecer, de maneira explícita, conexões e/ou contrastes entre dinâmicas e processos em diferentes escalas. Neste caso, o contraste entre o discurso empresarial e a realidade camponesa permite chamar atenção para a incongruência do primeiro e alertar sobre a tentativa de legitimação de uma agenda particular com base em uma suposta contribuição social. Dessa maneira, a informação empírica local pode ser utilizada para influenciar processos políticos em âmbito nacional, onde frequentemente se definem as políticas públicas que interferem nos processos locais. Além disso, dada a crescente complexidade que implica um mundo globalizado, no qual as condições locais se encontram cada vez mais determinadas por capitais e dinâmicas internacionais, este tipo de pesquisa social inter-escalar constitui-se em um desafio ainda mais relevante.

REFERÊNCIAS

ANAPO. *Discurso – Acto de posesión del directorio 2005*. Disponível em: <<http://www.anapobolivia.org/detdiscurso.aspx?ids=4>>. Acesso em: 28 de julho de 2014.

_____. *Aumentó la producción de soya y trigo en 2014*. Disponível em: <<http://www.anapobolivia.org/detnotides.aspx?idn=155>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

_____. *Discurso del presidente de Anapo en Exposoya 2014*. Disponível em: <<http://www.anapobolivia.org/detdiscurso.aspx?ids=11>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

ANTELO, E. *Políticas de estabilización y de reformas estructurales en Bolivia a partir de 1985*. La Paz: Comisión Económica para América Latina – CEPAL, 2000.

BERNSTEIN, H. Notes on capital and peasantry. *Review of African Political Economy*, Abingdon, n. 10, p. 60-73, 1977.

_____. *Class dynamics of agrarian change*. Halifax: Fernwood Publishing, 2010.

BLAIKIE, P.; BROOKFIELD, H. *Land Degradation and Society*. London: Methuen, 1987.

CAO. *Números de nuestra Tierra*. Santa Cruz: Cámara Agropecuaria del Oriente, 2014.

CASTAÑON, E. Cuando la soya se impone: transformaciones en las comunidades campesinas y sus implicaciones alimentarias. *Cuestión Agraria*, La Paz, v. 1, n. 1, p. 27-53, 2014.

CASTAÑON, E. *Comunidades campesinas en territorio agroindustrial: diferenciación social y seguridad alimentaria en el municipio de Cuatro Cañadas*. Fundación Tierra, 2013. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_mtree&task=att_download&clink_id=1&cf_id=46>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

_____. *Las dos caras de la moneda: agricultura y seguridad alimentaria en Bolivia*. Forschungs- und Dokumentationszentrum, 2014. Disponível em: <http://fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/Publikationen/Las_Dos_Caras_de_la_Moneda/Las_Dos_Caras_de_la_Moneda_web.pdf>. Acesso em: 4 de novembro de 2014.

CATACORA-VARGAS, G., GALEANO, P., AGAPITO-TENFEN, S., ARANDA, D., PALAU, T., & ONOFRE, R. *Producción de soya en el Cono Sur de las Américas: actualización sobre el uso de tierras y pesticidas*. Cochabamba: Vimegraf, 2012.

GARCIA LINERA, Á. *Debate abierto*. 9 de julho de 2014. Entrevistador: M. Galindo. Disponível em: <http://www.lavaca.org/notas/maria-galindo-alvaro-garcia-linera-gobernar-acto-de-mentir/>. Acesso em: 22 de julho de 2014

GARCIA, F. El ajuste estructural neoliberal en el sector agrario latinoamericano en la era de la globalización. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam, n. 75, p. 3-29, 2003.

HOFFMAN, K., CENTENO, M. A. El continente invertido. Desigualdades en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 193, p. 97-111, 2004.

INE. *Anuario Estadístico*. La Paz: Instituto Nacional de Estadística, 2012.

JOENSEN, L., SEMINO, S., & PAUL, H. *Argentina: a case study on the impact of genetically engineered soya*. London: The Gaia Foundation, 2005.

KAY, C. Rural poverty and development strategies in Latin América. *Journal of Agrarian Change*, Weinheim, v. 6, n. 4, p. 455-508, 2006.

_____. Reflections on latin american rural studies in the neoliberal globalization period: a new rurality? *Development and Change*, Rotterdam, 39, p. 915-943, 2008.

LOS TIEMPOS. *Posesionarán a la directiva de Anapo con Demetrio Pérez como Presidente*. Los Tiempos, 2011. Disponível em: <http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/economia/20110504/posesionaran-a-la-directiva-de-anapo-con-demetrio-perez-como_124246_249334.html>. Acesso em: 22 de julho de 2014.

MDRyT. *Organizan simposio internacional de la agricultura familiar comunitaria para la soberanía alimentaria*. Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras, 2014. Disponível em: <<http://mdrytbolivia.blogspot.com/2014/08/organizan-simposio-internacional-de-la.html>>. Acesso em: 19 de setembro de 2014.

MURPHY, S., BURCH, D., CLAPP, J. *Cereal Secrets. The World's Largest Grain Traders and Global Agriculture*. 2012. (Oxfam Research Reports). Disponível em: <<https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-en.pdf>>. Acesso em: 22 de julho de 2014

PACHECO, D. *Agrocombustibles y seguridad alimentaria en Bolivia*. La Paz: Asociacion de Instituciones de Promocion y Educacion – AIPE, 2011.

PENGUE, W. *La transnacionalización de la agricultura y la alimentación en América Latina*. Barcelona: Programa de las Naciones Unidas para el Medioambiente, 2004. Disponível em: <<https://www.grain.org/es/article/entries/131-la-transnacionalizacion-de-la-agricultura-y-la-alimentacion-en-america-latina.pdf>>. Acesso em: 22 de julho de 2014

PÉREZ, M. *No todo grano que brilla es oro. Un análisis de la soya en Bolivia*. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA), 2007.

_____. Bolivia: La actual situación alimentaria ¿crisis o momento difícil? In: DELCOURT, L. *La crisis alimentaria*. Movilizaciones en el sur. Madrid: Editorial Popular, 2009, p. 223-230.

REVISTA IN. *Evo está desesperado*. La Paz, 1 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.in.com.bo/2011/03/%E2%80%9Cevista-esta-desesperado%E2%80%9D/>>. Acesso em: 8 de outubro de 2014.

ROBBINS, P. *Political ecology: a critical introduction*. Oxford: Blackwell, 2003.

SANTOS, C., OYHANTCABAL, G., NARBONDO, I. *La expansión del agronegocio agrícola en Uruguay: impactos, disputas y discursos*. San Francisco: Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, 2012.

SHERIFF, E. *Impacto del sector sojero en la economía boliviana*. La Paz: Liga de Defensa del Medioambiente LIDEMA, 2013.

SWYNGEDOUW, E. *Social power and the urbanization of water*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

URIOSTE, M. *Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia*. La Paz: Fundación TIERRA, 2011.

VARGAS, N. Ocupados en el agro subieron en 292% entre 1992 y 2012. *Página Siete*, La Paz, 7 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.paginasiete.bo/economia/2014/7/7/ocupados-agro-subieron-292-entre-1992-2012-26090.html>>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

WALKER, P. Political ecology: where is the ecology? *Progress in Human Geography*, Wollongong, v. 29, n. 1, p. 73-82, 2005.

WATTS, M., & PEET, R. Liberating political ecology. In: WATTS, M.; PEET, R. *Liberation ecologies*. London: Routledge, 2004, p. 30-43.